



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.  
CNPJ: 37.395.399/0001-67

Demonstração das Sobras e Perdas  
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2017	2016
<b>INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>20</b>	<b>128.455.295</b>	<b>119.144.236</b>
Operações de Crédito		100.238.841	98.189.602
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		28.216.454	20.954.635
<b>DISPENDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>21</b>	<b>(74.259.141)</b>	<b>(63.695.021)</b>
Operações de captação no mercado		(45.960.545)	(43.291.118)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(28.298.595)	(20.403.904)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>54.196.155</b>	<b>55.449.215</b>
<b>OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPENDIOS/DESPESAS OPERAC.</b>	<b>22</b>	<b>(22.505.287)</b>	<b>(16.893.452)</b>
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços		9.244.147	6.168.029
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(12.699.823)	(12.225.795)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas		(20.597.061)	(17.880.392)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(1.335.211)	(556.095)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(5.360.628)	(3.134.447)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais		8.243.288	10.735.247
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>31.690.867</b>	<b>38.555.763</b>
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>23</b>	<b>635.567</b>	<b>157.033</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.</b>		<b>32.326.434</b>	<b>38.712.796</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(1.038.676)</b>	<b>(920.572)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(613.402)	(543.102)
Provisão para Contribuição Social		(425.273)	(377.470)
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>31.287.759</b>	<b>37.792.224</b>
Juros Sobre o Capital Proprio		(14.397.742)	(14.837.280)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>16.890.017</b>	<b>22.954.943</b>
<b>SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE</b>		<b>16.890.017</b>	<b>22.954.943</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Raimundo Nonato Leite Pinto**  
Diretor Presidente

**Tarciso Dagolberto Borges**  
Diretor Administrativo

**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.  
CNPJ: 37.395.399/0001-67  
BALANÇO PATRIMONIAL SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2017	2016	Discriminação	NOTA	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>916.290.231</b>	<b>659.941.637</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.164.571.264</b>	<b>938.862.791</b>
Disponibilidades	03c	5.353.965	3.207.347	Depósitos	11	1.077.971.791	889.308.724
Relações Interfinanceiras	04	601.991.577	373.276.200	Depósitos à Vista		206.579.895	170.248.950
Direitos Junto a Participantes de Sistemas de Liqui.		-	6.242	Depósitos a Prazo		871.391.896	719.059.773
Centralização Financeira	3c-4	601.991.577	373.269.958	Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	12	12.882.489	200.185
Operações de Crédito	5a	283.284.287	263.671.864	Relações Interfinanceiras	13	40.645.247	16.690.276
Operações de Crédito - Setor Privado		277.667.805	267.518.427	Relações Interdependências	14	4.680.800	43.029
Operações de Crédito - Crédito Rural		32.042.399	11.411.051	Outras Obrigações	15	28.390.936	32.620.578
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(26.425.917)	(15.257.614)	<b>Não Circulante</b>		<b>2.926.929</b>	<b>2.802.860</b>
Outros Créditos	06	9.447.192	7.613.005	Exigível a longo prazo		2.926.929	2.802.860
Outros Valores e Bens	07	16.213.210	12.173.221	Outras Obrigações	16	2.926.929	2.802.860
<b>Não Circulante</b>		<b>552.358.958</b>	<b>555.114.313</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>301.150.996</b>	<b>273.390.299</b>
Realizável a Longo Prazo		493.741.566	516.152.779	Capital Social	18a	246.472.138	214.193.368
Operações de Crédito	5a	535.398.461	540.528.603	Reserva Legal	18b	37.788.841	36.241.988
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa	5a	(42.979.765)	(25.331.134)	Sobras Acumuladas	18c	16.890.017	22.954.944
Outros Créditos	06	1.322.871	955.310				
Investimentos	08	29.094.357	21.416.670				
Imobilizado de uso	09	28.992.577	16.834.522				
Intangível	10	530.457	710.342				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.468.649.189</b>	<b>1.215.055.950</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.468.649.189</b>	<b>1.215.055.950</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Raimundo Nonato Leite Pinto  
Diretor Presidente

Tarciso Dagolberto Borges  
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.  
CNPJ: 37.395.399/0001-67

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>199.836.728</b>	<b>36.241.988</b>	<b>25.707.194</b>	<b>261.785.910</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	9.001.163	-	-	9.001.163
Incorporação de Sobras	12.858.114	-	(12.858.114)	-
Sobras / Perdas	-	-	22.954.943	22.954.943
Devolução de Capital	(7.502.637)	-	-	(7.502.637)
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Distribuições de Sobras	-	-	(12.849.080)	(12.849.080)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>214.193.368</b>	<b>36.241.988</b>	<b>22.954.944</b>	<b>273.390.299</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>246.817.809</b>	<b>37.788.841</b>	<b>12.374.826</b>	<b>296.981.477</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	10.168.417	-	-	10.168.417
Incorporação de Sobras	61.536	-	(61.536)	-
Sobras / Perdas	-	-	16.890.017	16.890.017
Devolução de Capital	(10.575.624)	-	-	(10.575.624)
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Distribuições de Sobras	-	-	(12.313.290)	(12.313.290)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>246.472.138</b>	<b>37.788.841</b>	<b>16.890.017</b>	<b>301.150.996</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

\_\_\_\_\_  
**Raimundo Nonato Leite Pinto**  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**Tarciso Dagolberto Borges**  
Diretor Administrativo

\_\_\_\_\_  
**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA.

CNPJ: 37.395.399/0001-67

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>174.977.895</b>	<b>121.841.743</b>
<b>Sobras / (Perdas) ajustadas</b>	<b>46.881.129</b>	<b>32.994.783</b>
Sobras do Semestre	16.890.017	22.954.943
Depreciações	1.041.184	1.017.213
Amortizações	132.995	132.285
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	28.816.934	8.890.341
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>	<b>24.007.650</b>	<b>(37.409.562)</b>
Relações Interfinanceiras	513.482	17.382
Operações de Crédito	22.896.438	(34.482.665)
Outros Créditos	(1.574.639)	(2.066.122)
Outros Valores e Bens	2.172.370	(878.157)
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>	<b>104.089.115</b>	<b>126.256.522</b>
Depósitos	97.784.974	113.053.681
Outras Obrigações	13.444.500	(828.993)
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	4.634.018	200.185
Relações Interfinanceiras	(1.850.863)	13.839.592
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(25)
Relações Interdependências	(9.923.514)	(7.918)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(14.639.069)</b>	<b>(2.787.363)</b>
Aumento dos Investimentos	(2.404.014)	(1.549.489)
Aquisições do Imobilizado	(12.247.861)	(1.058.162)
Intangível	12.806	(179.711)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(12.720.497)</b>	<b>(11.350.554)</b>
Integralizações de Capital	10.168.417	9.001.163
Devolução de Capital	(10.575.624)	(7.502.637)
Distribuições de Sobras	(12.313.290)	(12.849.080)
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)</b>	<b>147.618.329</b>	<b>107.703.826</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	459.727.213	268.773.479
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	607.345.542	376.477.305
<b>(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>147.618.329</b>	<b>107.703.826</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Raimundo Nonato Leite Pinto**  
Diretor Presidente

**Tarciso Dagolberto Borges**  
Diretor Administrativo

**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



## COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

Valores em Reais (R\$)

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA - SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **03/06/1992**, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA** possui **14** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **GOIÂNIA - GO, CALDAS NOVAS - GO, MORRINHOS - GO, ITUMBIARA - GO, BRASÍLIA - DF, LUZIÂNIA - GO, PALMAS - TO, ARAGUAÍNA - TO, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO, GURUPI - TO**

O **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Caixa e depósitos bancários	5.353.965	3.207.347
Relações interfinanceiras – centralização financeira	601.991.577	373.269.958
<b>TOTAL</b>	<b>607.345.542</b>	<b>376.477.305</b>

#### **d) Aplicação em títulos e valores mobiliários**

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Caixa Econômica Federal.

#### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**k) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**l) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**o) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto nº 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto nº 3.000/1999).

#### r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2017** não existia indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2017**

#### 4. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Direitos Junto a Participantes de Sistemas de Liquidação	-	6.242
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	601.991.577	373.269.958
<b>TOTAL</b>	<b>601.991.577</b>	<b>373.276.200</b>

- (I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

## 5. Operações de crédito

### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	34.285.705	-	34.285.705	37.149.140
Empréstimos / T.D	219.790.614	452.542.925	672.333.539	644.092.968
Financiamentos	23.591.487	53.387.940	76.979.427	117.563.691
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	32.042.398	29.467.595	61.509.994	20.652.283
(-) Provisões para Operações de Crédito	(26.425.917)	(42.979.765)	(69.405.682)	(40.588.748)
<b>TOTAL</b>	<b>283.284.287</b>	<b>492.418.695</b>	<b>775.702.982</b>	<b>778.869.333</b>

### b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
de Risco / Situação										
AA	-	Normal	27.400.818	474.435	4.943.897	912.655	33.731.805	-	156.570	-
A	0,50%	Normal	340.577.397	6.623.445	52.030.039	56.358.016	455.588.897	(2.277.945)	490.505.602	(2.452.529)
A	0,50%	Vencidas	15.662.899	188.594	5.629.024	692.834	22.173.352	(110.867)	37.161.904	(185.809)
B	1%	Normal	172.990.627	17.366.098	3.378.026	1.811.113	195.545.864	(1.955.459)	157.361.525	(1.573.615)
B	1%	Vencidas	12.072.424	723.989	1.048.887	-	13.845.300	(138.453)	17.984.344	(179.844)
C	3%	Normal	14.450.524	947.807	639.632	219.801	16.257.764	(487.733)	18.777.395	(563.322)
C	3%	Vencidas	7.228.478	249.648	1.732.240	547.297	9.757.664	(292.730)	22.627.103	(678.813)
D	10%	Normal	9.442.967	360.132	501.892	466.114	10.771.105	(1.077.111)	14.508.850	(1.450.885)
D	10%	Vencidas	7.054.099	414.464	1.090.803	-	8.559.366	(855.937)	9.376.443	(937.645)
E	30%	Normal	4.811.266	220.998	629.592	323.787	5.985.644	(1.795.693)	3.682.744	(1.104.823)
E	30%	Vencidas	7.473.088	105.699	960.159	178.377	8.717.323	(2.615.197)	18.088.096	(5.426.429)
F	50%	Normal	693.134	62.659	111.740	-	867.533	(433.767)	564.755	(282.378)
F	50%	Vencidas	2.655.436	167.479	614.820	-	3.437.735	(1.718.868)	3.143.324	(1.571.662)
G	70%	Normal	1.342.724	43.876	-	-	1.386.600	(970.620)	444.794	(311.356)
G	70%	Vencidas	12.198.895	109.527	382.947	-	12.691.369	(8.883.959)	4.016.646	(2.811.652)
H	100%	Normal	5.449.172	4.750.006	211.737	-	10.410.915	(10.410.915)	11.071.525	(11.071.525)
H	100%	Vencidas	30.829.590	1.476.848	3.073.991	-	35.380.429	(35.380.429)	9.986.461	(9.986.461)
<b>Total Normal</b>			<b>577.158.630</b>	<b>30.849.455</b>	<b>62.446.555</b>	<b>60.091.486</b>	<b>730.546.126</b>	<b>(19.409.243)</b>	<b>697.073.761</b>	<b>(18.810.433)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>95.174.909</b>	<b>3.436.250</b>	<b>14.532.872</b>	<b>1.418.508</b>	<b>114.562.538</b>	<b>(49.996.440)</b>	<b>122.384.320</b>	<b>(21.778.315)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>672.333.539</b>	<b>34.285.705</b>	<b>76.979.427</b>	<b>61.509.994</b>	<b>845.108.664</b>	<b>(69.405.682)</b>	<b>819.458.081</b>	<b>(40.588.748)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(57.049.397)</b>	<b>(6.875.659)</b>	<b>(4.956.987)</b>	<b>(523.639)</b>	<b>(69.405.682)</b>		<b>(40.588.748)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>615.284.142</b>	<b>27.410.046</b>	<b>72.022.440</b>	<b>60.986.355</b>	<b>775.702.982</b>		<b>778.869.333</b>	

### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	74.132.394	151.437.365	437.866.263	663.436.022
Títulos Descontados	7.932.489	965.028	-	8.897.517
Financiamentos	7.521.904	16.069.583	53.387.940	76.979.427
Financiamentos Rurais	6.535.384	25.507.014	29.467.595	61.509.994
<b>TOTAL</b>	<b>96.122.171</b>	<b>193.978.990</b>	<b>520.721.798</b>	<b>810.822.960</b>

Obs.: Não está incluso o adiantamento a depositante, cheque especial e conta garantida.

### d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	238.121	9.369.412	55.947	-	9.663.480	1%
Setor Privado - Indústria	-	9.570.831	-	3.974.971	13.545.802	2%
Setor Privado - Serviços	8.606.985	391.134.297	5.056.040	2.733.101	407.530.423	48%
Pessoa Física	13.596.063	341.305.035	3.785.530	52.573.125	411.259.753	49%
Outros	10.100	870.309	-	2.228.797	3.109.206	0%
<b>TOTAL</b>	<b>22.451.269</b>	<b>752.249.884</b>	<b>8.897.517</b>	<b>61.509.994</b>	<b>845.108.664</b>	<b>100%</b>

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	84.924.546	31.698.407
Constituições / Reversões	(15.518.864)	8.890.341
<b>TOTAL</b>	<b>69.405.682</b>	<b>40.588.748</b>

**f) Concentração dos Principais Devedores:**

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	13.545.802	1,60%	23.588.384	2,88%
10 Maiores Devedores	90.163.510	10,67%	110.168.253	13,44%
50 Maiores Devedores	219.870.917	26,02%	245.631.652	29,97%

**g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:**

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	53.241.806	45.334.582
Valor das operações transferidas no período / Recuperados	36.922.265	6.076.885
<b>TOTAL</b>	<b>90.164.071</b>	<b>51.411.467</b>

**6. Outros créditos**

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
<b>Circulante</b>	<b>9.447.192</b>	<b>7.613.005</b>
Rendas A Receber	4.881.240	4.395.638
Diversos	4.565.952	3.217.367
<b>Não Circulante</b>	<b>1.322.871</b>	<b>955.310</b>
Diversos (I)	1.322.871	955.310
<b>TOTAL</b>	<b>10.770.063</b>	<b>8.568.315</b>

(I) São alocados nesta conta os depósitos judiciais dos seguintes processos: trabalhistas (R\$ 549.355,83), para interposição de recursos fiscais Lei nº 9703/98 - (R\$ 674.271) e Outros (R\$ 99.244,40).

**7. Outros valores e bens**

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Bens não de uso Próprio (I)	15.152.286	11.543.270
Despesas Antecipadas (II)	1.060.924	629.951
<b>TOTAL</b>	<b>16.213.210</b>	<b>12.173.221</b>

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

## 8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Participações em cooperativa central de crédito	26.908.857	19.896.369
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. crédito	2.163.894	1.498.695
Outros Investimentos	21.606	21.606
<b>TOTAL</b>	<b>29.094.357</b>	<b>21.416.670</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (I)	606.634	204.139	-
Terrenos	5.269.401	1.036.401	-
Edificações	20.856.566	13.100.469	4%
Instalações	926.553	901.756	10%
Móveis e equipamentos de Uso	4.660.927	3.725.486	10%
Sistema de Comunicação	663.820	602.989	10%
Sistema de Processamento de Dados	3.041.562	2.496.778	20%
Sistema de Segurança	479.966	384.678	10%
Sistema de Transporte	207.742	213.586	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(7.720.594)	(5.831.760)	-
<b>TOTAL</b>	<b>28.992.577</b>	<b>16.834.522</b>	

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Outros Ativos Intangíveis	1.242.629	1.130.109
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(712.172)	(419.767)
<b>TOTAL</b>	<b>530.457</b>	<b>710.342</b>

## 11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	206.579.895	170.248.950
Depósito a Prazo	871.391.896	719.059.773
<b>TOTAL</b>	<b>1.077.971.791</b>	<b>889.308.724</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído nas Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	26.408.089	2,46%	29.552.481	3,39%
10 Maiores Depositantes	111.349.268	10,38%	103.059.258	11,80%
50 Maiores Depositantes	273.980.584	25,54%	235.714.254	27,00%

## 12. Recurso de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.

Nesta rubrica registram-se as obrigações representadas por letras de crédito do agronegócio emitidas pela instituição (Carta Circular nº 3328/2008).

Instituições	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por Emissão LCA - Pós - Fixada	12.882.489	200.185
<b>TOTAL</b>	<b>12.882.489</b>	<b>200.185</b>

## 13. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	30/06/2017	30/06/2016
Repasse Interfinanceiros	40.645.247	16.690.276
<b>TOTAL</b>	<b>40.645.247</b>	<b>16.690.276</b>

## 14. Relações de Interdependência

Os valores referem-se a obrigações de recebimento de convênios com terceiros.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Cobrança de Terceiros em Trânsito	-	43.029
Ordens de Pagamento	4.680.800	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.680.800</b>	<b>43.029</b>

## 15. Outras Obrigações

### a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
IOF a recolher	237.531	121.346
<b>TOTAL</b>	<b>237.531</b>	<b>121.346</b>

### b) Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Resultado de Atos com Associados (I)	1.257.630	3.182.986
Resultado de Atos com Não Associados	490.032	-
Cotas de Capital a Pagar (II)	192.275	172.467
<b>TOTAL</b>	<b>1.939.937</b>	<b>3.355.453</b>

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	512.248	508.172
Impostos e contribuições a recolher	1.605.718	4.110.776
<b>TOTAL</b>	<b>2.117.966</b>	<b>4.618.948</b>

### d) Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	1.011.433	851.151
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	449.960	381.486
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	18.193.863	19.005.731
Provisão para Passivos Contingentes (IV)	1.228.262	1.967.611
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (V)	463.425	292.574
Credores Diversos – País (VI)	2.748.559	2.026.278
<b>TOTAL</b>	<b>24.095.502</b>	<b>24.524.831</b>

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a saldo de conta salário.

(III) Refere-se a provisão para pagamento despesas com pessoal, provisões diversas e provisão dos juros ao capital.

(IV) Refere-se a provisão dos seguintes processos: trabalhistas (R\$ 549.356), COFINS - depósito judicial (R\$ 94.675), Outros Passivos (R\$ 584.231,32).

(V) Refere-se a provisão para garantias prestadas.

(V) Refere-se a pagamentos a serem processados.

### 16. Outras Obrigações - Não Circulante

Valor referente a provisão para recolhimento das contribuições PIS (Programa Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referente os exercícios de 1999 a 2004, sobre atos cooperativos próprios.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Riscos Fiscais	2.926.929	2.802.860
<b>TOTAL</b>	<b>2.926.929</b>	<b>2.802.860</b>

### 17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores

mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em 30 de junho de **2017** e de **2016**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 18 . Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	246.472.138	214.193.368
Associados	17.597	15.463

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **25/04/2017**, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras no montante de R\$ 12.374.826 sendo distribuídas em conta corrente referente ao exercício findo em 31/12/2016.

## 19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	876.008	612.271
Rendas de Empréstimos	86.149.757	83.734.039
Rendas de Títulos Descontados	1.618.832	1.570.223
Rendas de Financiamentos	7.804.851	11.831.033
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	1.823.734	105.006
Rendas Financ. Rurais – Aplic. Repassadas e Refinanc.	1.965.658	337.030
	<b>100.238.841</b>	<b>98.189.602</b>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	28.216.454	20.954.635
<b>TOTAL</b>	<b>128.455.295</b>	<b>119.144.236</b>

## 21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas de Captação	(45.960.545)	(43.291.118)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.298.595)	(20.403.904)
<b>TOTAL</b>	<b>(74.259.141)</b>	<b>(63.695.021)</b>

## 22. Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Operac.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Rendas de Prestação de Serviços	9.244.147	6.168.029
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(12.699.823)	(12.225.795)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(20.597.061)	(17.880.392)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(1.335.211)	(556.095)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(5.360.628)	(3.134.447)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	8.243.288	10.735.247
<b>TOTAL</b>	<b>(22.505.287)</b>	<b>(16.893.452)</b>

## 23. Resultado das Operações Descontinuadas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	25.759
Ganho de capital	37.584	22.996
Rendas de Aluguéis	148.454	128.287
Outras Receitas não Operacionais	490.552	47.868
Perda de Capital	(17.239)	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(22.084)	(67.877)
Outras Despesas não Operacionais	(1.700)	-
<b>Resultado Líquido</b>	<b>635.567</b>	<b>157.033</b>

## 24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2017**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.878.486	0,22%	10.380
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	3.415.442	0,4%	18.444
<b>TOTAL</b>	<b>5.293.928</b>	<b>0,63%</b>	<b>28.824</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>17.479.417</b>	<b>3,24%</b>	

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	49.744	484	0,37%
Conta Garantida	51	1	0%
Crédito Rural	1.562.639	7.813	2,54%
Empréstimo	2.780.353	17.214	0,41%
Financiamento	69.977	350	0,09%
Títulos Descontados	203.604	5	2,29%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	11.643.098	5,67%	0%
Depósitos a Prazo	55.443.149	6,27%	0,82%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,53%	2,69%
Empréstimos	1,64%	1,51%
Crédito Rural - Repasses	0,74%	0,76%
Financiamento	1,44%	1,44%

Percentual em Relação à Carteira Geral Movimentação no Exercício de 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,22%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,29%
Crédito Rural (modalidades)	0,07%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	909.800
Empréstimos e Financiamentos	7.101.637

No 1º semestre de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO	
1º SEMESTRE DE 2017 (R\$)	
Honorários	918.274
Cédula de Presença	1.315.694
Outras Despesas	824.900
<b>TOTAL</b>	<b>3.058.868</b>

## 25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO BRASILEIRA LTDA - SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC BRASIL CENTRAL AMAZONIA OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## **26. Gerenciamento de Risco**

### **26.1 - Risco operacional**

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### **26.2 – Risco de mercado e de liquidez**

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não

negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### **26.3 – Risco de crédito**

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### **26.4 – Gerenciamento de capital**

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

## **27. Coobrigações e riscos em garantias prestadas**

Em **30 de junho de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 48.789.742** referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

## **28. Seguros contratados – Não auditadas**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## **29. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013.

## **30. Contingências Passivas**

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNICENTRO BRASILEIRA**, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando **R\$ 1.328.466**.

**GOIÂNIA-GO, 30 de junho de 2017.**

---

**Raimundo Nonato Leite Pinto**  
Diretor Presidente

---

**Tarciso Dagolberto Borges**  
Diretor Administrativo

---

**Emerson Gomes Figueiredo**  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO